

PROJETO DE LEI 12/2021

“Regulamenta o pagamento de Gratificação de Incentivo à Produtividade para os funcionários da CTR, em atenção ao art. 64, inciso III da Lei Complementar nº 040, de 04 de setembro de 2007, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº , DE 13 DE ABRIL DE 2021.

“Regulamenta o pagamento de Gratificação de Incentivo à Produtividade para os funcionários da CTR, em atenção ao art. 64, inciso III da Lei Complementar nº 040, de 04 de setembro de 2007, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. A Gratificação de Incentivo à Produtividade (GIP), previsto no art. 64, inciso III da Lei Complementar nº 040, de 04 de setembro de 2007, será concedido aos servidores lotados na Central de Tratamento de Resíduos (CTR), como incentivo ao desempenho eficiente na execução das atividades diárias.

Art. 2º. A Gratificação de Incentivo à Produtividade (GIP) será concedida aos servidores que se encontrem no efetivo exercício de suas funções e atribuições na CTR, bem como para os servidores temporários (Lei Municipal nº 407/2002).

Art. 3º. O valor total da GIP a ser distribuído será de até 15,00% (quinze por cento) das arrecadações provenientes dos leilões dos produtos reciclados após a promulgação da presente Lei.

Art. 4º. A GIP não será devida ao servidor, em um dos seguintes casos:

- I. que apresente falta não justificada nos 12 (doze) meses anteriores;
- II. que nos 12 (doze) meses anteriores, tenha solicitado mais de 15 (quinze) dias de licenças, nela somando-se as seguintes: licença para repouso a gestante ou adotante, licença paternidade, licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença em pessoa da família;
- III. que tenha ingressado na CTR, a menos de 07 (sete) meses;
- IV. que tenha sido avaliado nos últimos 12 (doze) meses com conceito: regular ou insatisfatório.

Art. 5º. O pagamento da GIP será concedido mensalmente, pelo período de doze meses, em valor correspondente ao rateio do número de servidores ativos em efetivo exercício na CTR, que se enquadre no art. 4º desta lei.

Art. 6º. Anualmente o Departamento de Recursos Humanos realizará o compute da GIP com base na periodicidade de 12 (doze) meses, divulgando um relatório circunstanciado com os seguintes tópicos:

- a) o total da arrecadação auferido no art. 3º desta Lei;
- b) os servidores que se enquadraram no art.5º desta Lei;
- c) os servidores que não estão aptos a percepção desta Gratificação;
- d) o valor mensal da GIP e o seu período.

§ 1º. O relatório deverá ser publicado no Diário Oficial de Chapadão do Sul.

§ 2º. Será dada ciência aos servidores da CTR dos resultados registrados.

Art. 7º. Cessa imediatamente o pagamento da GIP ao servidor nos seguintes casos:

- I. que tenha sofrido remoção, redistribuição ou transferência;
- II. que tenha sido aposentado;
- III. que no período de percepção da gratificação, totalizar 15 (quinze) dias de licenças, nela somando-se as seguintes: licença para repouso a gestante ou adotante, licença paternidade, licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença em pessoa da família.

Parágrafo Único. Não haverá recálculo da GIP em decorrência da eventual diminuição do numerário de servidores enquadrados no Caput deste artigo.

Art. 8º. Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente lei por meio de decreto.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul – MS, 13 de abril de 2021.

JOÃO CARLOS KRUG

Prefeito Municipal

-Assinado Digitalmente-

CHAPADAO DO SUL/MS, 12 de Abril de 2021

Poder Executivo

.(a)

JUSTIFICATIVA

Mensagem nº 013/2021.

Chapadão do Sul – MS, 13 de abril de 2021.

A Sua Excelência a Senhora,
VEREADORA ALLINE TONTINI,
Presidente da Câmara Municipal,
Chapadão do Sul – MS.

Senhora Presidente, Senhores Vereadores,

Encaminhamos à apreciação e aprovação desta Augusta Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que regulamenta o pagamento de Gratificação de Incentivo à Produtividade (GIP) para os funcionários da Central de Tratamento de Resíduos (CTR). O pagamento de gratificações aos servidores do Município de Chapadão do Sul possui amparo legal no artigo 64 da Lei Complementar nº 040 - Plano de Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul.

Quanto ao projeto em questão, ressaltamos que o pagamento da GIP aos servidores da CTR visa a valorização das atividades desempenhadas pelos mesmos, uma vez que os serviços de coleta, tratamento e reciclagem do lixo domiciliar é de extrema importância para a saúde e a qualidade de vida de todos os munícipes e, ainda, gera arrecadação de receita ao Município, provindas do leilão dos produtos reciclados.

Vale ressaltar, também, que segundo disposto no inciso III do art. 64 da Lei Complementar nº 040, o pagamento da gratificação de incentivo à produtividade é destinada a incentivar a obtenção de melhores resultados no exercício das atribuições da respectiva função e ou pela participação em programas de competência da Prefeitura Municipal, aferidos conforme resultados da avaliação do trabalho produzido.

O valor total da GIP a ser distribuído será de até 15,00% (quinze por cento) das arrecadações provenientes dos leilões dos produtos reciclados após a promulgação da presente Lei, conforme as disposições contidas na proposta em voga.

Oportunamente, requeremos que o presente projeto de lei tenha tramitação em regime de urgência, consoante o artigo 48 da Lei Orgânica do Município, por tratar-se de matéria de aplicação imediata.

Certos de contar com a aprovação da propositura ora encaminhada, renovamos nossas manifestações de apreço e consideração.

Atenciosamente,
JOÃO CARLOS KRUG
Prefeito Municipal
-Assinado Digitalmente-

Poder Executivo

.(a)